

**DADOS YANOMAMI**

POPULAÇÃO: 9.386 índios, divididos em 188 comunidades (Roraima/Amazonas)

Fonte: DSY-RR/março 1995

TAMANHO DA ÁREA: 96.649 km<sup>2</sup>

DATA DA DEMARCAÇÃO: 25 de maio de 1992

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: Estados de Roraima e Amazonas, Norte do Brasil



# DECRETO 1775: UM DESASTRE PARA OS ÍNDIOS DO BRASIL

O novo decreto do governo brasileiro, sancionado em 8 de janeiro, dá às "partes interessadas" o direito do contraditório, não apenas em qualquer futura demarcação de terras indígenas, mas também naquelas às quais falta apenas a etapa burocrática final de registro em cartório.

As "partes interessadas", autoridades estaduais ou municipais, fazendeiros, mineradoras, madeireiros e posseiros agora têm 90 dias para contestar os limites das áreas nas quais têm interesse. A Funai tem 60 dias para examinar os documentos apresentados. A decisão final será tomada pelo próprio Ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Para o Ministro, o novo decreto é necessário para garantir o direito constitucional de qualquer um ao contraditório - o direito de ser ouvido. Segundo ele, o decreto pré-esvaziou uma possível decisão do Supremo Tribunal

|  |                         |
|--|-------------------------|
| Total de áreas indígenas                                   | 554                     |
| Totalmente demarcadas e registradas                        | 210 (inclui a yanomami) |
| Sujeitas ao contraditório pelo novo decreto                | 344                     |
| a) identificadas mas com processo de demarcação incompleto | 307                     |
| b) demarcação completa, faltando apenas o registro         | 37                      |

Federal de declarar o Decreto 22, que até o momento determinava as regras para demarcação, inconstitucional, por não incluir esse direito aos atingidos pela demarcação.

A preocupação do Ministro com os direitos dos posseiros, madeireiros e garimpeiros não se estendeu aos próprios índios. Os grupos indígenas afirmam que receberam no ano passado uma promessa de que seriam consultados antes que a nova legislação fosse anunciada, mas essa promessa não foi cumprida.

Dias após esse decreto se tornar lei, o Ministro

Jobim enviou correspondência a pelo menos três governadores indicando quais áreas indígenas poderiam ser contestadas e explicando que artigos do Decreto deveriam ser utilizados.

Para o governador do Pará, Almir Gabriel, ele enviou uma lista de 14 áreas, incluindo as que não têm litígio e outras onde invasores ilegais estavam sendo processados pela justiça federal.

Como será o próprio Ministro o árbitro final dos contraditórios a serem apresentados, isso parece ser no mínimo antiético.

## PROTESTOS

O novo decreto desencadeou uma enxurrada de protestos no Brasil e no exterior.

O jurista Dalmo Dallari, especialista em legislação indígena, afirmou que o Decreto 1775 está em desacordo com a Constituição e contém impropriedades jurídicas, favorecendo o tumulto no processo de demarcação. "O decre-

to é altamente danoso para os índios e favorável para os grileiros e outros aventureiros que já tenham invadido ou queiram invadir terras indígenas e será a causa de conflitos violentos, com previsível desfecho trágico".

Para o Capoib (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil), isso significa que milhões de dólares fornecidos por agências estrangeiras para a demarcação serão desperdiçados.

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) considera que o novo decreto é um dos maiores retrocessos na legislação indigenista brasileira, pois ameaça direitos garantidos pela Constituição e possibilita a redução das áreas indígenas. Contradiz a Constituição, que reconhece os direitos dos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam e abre uma possibilidade à reivindicação de legitimação de títulos de terras em áreas indígenas, que a Constituição considera um direito nulo e extinto.

Também "altera radicalmente a sistemática de demarcação das terras indígenas e de forma abusiva e autoritária esvazia o poder da Funai concentrando a decisão sobre a demarcação das terras nas mãos do Ministro da Justiça".

Ao todo, o Cimi afirmou ter encontrado 19 pontos que podem apontar a inconstitucionalidade do novo decreto.

As organizações de defesa dos índios e o Partido dos Trabalhadores vão apelar ao Supremo Tribunal Federal para que o Decreto 1775 seja declarado inconstitucional.

Afora as análises legais e constitucionais, há considerações práticas. Como pode a Funai, que conta com verba cronicamente insuficiente e apenas cinco antropólogos em seus quadros, analisar uma possível avalanche de contraditórios dentro dos três meses estipulados?

Junto com organizações do exterior, as ONGs brasileiras decidiram solicitar às agências internacionais que suspendam os projetos que incluem fundos para demarcação. São eles o Plano Piloto para a Amazônia Tropical do G-7, que inclui US\$ 20 milhões para a demarcação de reservas amazônicas, doados principalmente pela Alemanha, e os projetos Planaflores e Prodeagro em Rondônia e Mato Grosso, do Banco Mundial.

Em Brasília, a Capob e a Comissão Pró-Índio (CPI) forneceram ao Banco Mundial uma lista das invasões que ocorreram desde que o decreto foi anunciado e lembraram às autoridades que durante todo o ano de 1995 a mera perspectiva de mudança na política indigenista resultou em invasões, mais ocupações por aqueles que já se encontravam em território indígena e na paralisação de novas demarcações devido ao aumento das pressões políticas.

A Coalizão para Povos Amazônicos, de Washington DC, enviou carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso protestando contra o Decreto 1775, que definiu como "um gigantesco passo atrás" e solicitou sua revogação.

Em Londres representantes da Oxfam, Survival International e Anistia Internacional solicitaram uma audiência com o embaixador brasileiro para expressar-lhe sua profunda preocupação.

Em Bonn a Pro-Regenwald e outras ONGs reuniram-se com representantes do governo alemão para discutir os efeitos do novo decreto sobre as demarcações.

Devido às pressões do exterior, o Ministro da Justiça decidiu fazer uma viagem especial à Europa no final de março para explicar e justificar o novo decreto. Vai se reunir com ONGs alemãs em Bonn no dia 27 de março e com ONGs britânicas em Londres no dia 29. Irá também a Bruxelas.

As organizações indígenas estão também planejando enviar representantes ao exterior para explicar porquê acreditam que o Decreto 1775 terá consequências desastrosas.

## O NOVO DECRETO E OS YANOMAMI

Teoricamente, sob os termos do novo decreto, a área yanomami está excluída da revisão, porque sua demarcação já foi registrada. Mas, na prática, o decreto representa sinal verde para contestações a todas as demarcações.

Em Roraima, Almir Sá, presidente da Assembleia Legislativa, afirmou que todas as "demarcações absurdas" serão contestadas, inclusive a da área yanomami. A documentação para contestar as áreas macuxi de São Marco e Raposa/Serra do Sol já está sendo preparada.

Num esforço para proteger as reservas Yanomami e São Marco, o procurador de Roraima Ozório Silva Barbosa Sobrinho impetrou em Boa Vista um mandado de segurança preventivo para garantir sua não alteração ou mudança.

Explicou que "a lei não pode retroagir para prejudicar ato jurídico perfeito. Seria uma atitude que viria somente a prejudicar o direito adquirido dos indígenas".

Completo o Procurador: "Não é possível admitir-se que toda vez que se mude o presidente da República as reservas já demarcadas sofram alterações. Se o Estado reconhece que alguém saiu prejudicado com a demarcação, que se processe a devida indenização, mas esse mesmo Estado não pode fazer uma coisa hoje e desfazer amanhã".

O decreto causou euforia entre aqueles que querem a revogação da área yanomami. Em Brasília, o ex-garimpeiro e aventureiro que virou deputado, Elton Rohnelt (PSC-RR), disse: "Com o decreto 1775, o governo aplacou a nossa ira. Agora, temos condições de derrubar com um dos maiores absurdos do planeta".

Rohnelt tem certeza de que o novo decreto ampliará as chances de aprovação do projeto do deputado Jair Bolsonaro para revogar a demarcação da área yanomami.

No Rio, 60 oficiais da reserva integrantes do Clube Militar requereram a imediata anulação da demarcação da área yanomami. Alegam que a segurança nacional fica ameaçada com uma reserva localizada na fronteira.

## MISSÃO DA OEA VISITA ÁREA YANOMAMI

Em dezembro/95 uma missão da OEA passou uma semana em Roraima visitando as áreas yanomami e macuxi para investigar diversas denúncias de violação de direitos humanos. Queriam verificar principalmente o impacto das invasões garimpeiras sobre a saúde yanomami.

Os índios transmitiram à OEA sua preocupação com os yanomami que estão do outro lado da fronteira com a Venezuela, que garimpeiros brasileiros estão invadindo. Também queriam saber por quê ninguém foi julgado pelo massacre de Haximu em 1993.

Claudia Andujar e Carlo Zacchini, da CCPY, acompanharam a equipe da OEA a Surucucus, Parafuri e Demini, junto com representantes da Funai, do Itamaraty e da Divisão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Em Boa Vista a equipe reuniu-se também com representantes da Fundação Nacional de Saúde (FNS), com organizações não-governamentais, como o CIR (Conselho Indígena de Roraima) e a Médecins du Monde, e com outros membros da CCPY.

Os representantes da OEA, Dr. David Padilla e Dr. Oswaldo Kreimer, seguiram depois para Brasília, onde se reuniram com o então presidente da Funai, Marcio Santilli, e com membros do Gabinete da Procuradoria Geral. O resultado dessa visita será a elaboração de um relatório com recomendações ao governo brasileiro.

## FUNAI LANÇA NOVA OPERAÇÃO PARA RETIRAR GARIMPEIROS

No final de 1995 um relatório da Funai alertava que: "A desaceleração dos trabalhos de proteção na terra indígena Yanomami durante o segundo semestre/1995 foi responsável pelo aumento de invasões. Torna-se urgente a retomada dos trabalhos de retirada de garimpeiros, sob pena de em breve toda a terra indígena voltar a ser totalmente invadida. Caso isto ocorra, todos os trabalhos e recursos humanos e financeiros aplicados terão sido em vão".

Uma operação de quatro meses, com início em janeiro de 1996, foi proposta.

Incluía um controle completo, pela Polícia Federal, do tráfego aéreo em Boa Vista, com a identificação e fechamento de todas as pistas de pouso clandestinas ao redor da cidade e a fiscalização das localizadas em fazendas.

Todas as aeronaves particulares e os revendedores de combustível seriam investigados e fiscalizados.

Na área yanomami, garimpeiros seriam levados para a base militar de Surucucus para identificação, interrogação e indiciamento, antes de serem transportados para a penitenciária de Boa Vista.

As áreas de mineração seriam ocupadas por agentes do governo, o equipamento destruído e todo o ouro encontrado confiscado.

Além dos garimpeiros, também os financiadores, transportadores e receptores poderiam ser criminalmente indiciados tanto no Código Penal como no Ambiental.

A operação foi devidamente iniciada e, em 7 de fevereiro, Walter Fontoura Blos, coordenador do Grupo Tarefa Especial Yanomami (GTEY), informou que foram desativados 57 motores estacionários, 52 barracos, apreendida uma aeronave e retirados 12 garimpeiros. Relatou também que as águas do rio Catrimani estavam sujas com argila em suspensão e que supunha haver 500 garimpeiros na região do rio Catrimani, enquanto que para toda a área o total estimado de garimpeiros era de 1.000 a 1.500. Mas, devido a uma lacuna de três meses no controle policial, o número de pistas de pouso

clandestinas quase triplicou, pulando de 9 para 24.

Na área Parafuri o problema é mais complicado, porque os garimpeiros cooptaram os índios através do fornecimento de armas e de bens de consumo. Em troca, os índios oferecem suas mulheres, atuam como informantes e impedem que pessoal da Funai entre na área.

Segundo um relatório da Funai, os garimpeiros, com a ajuda dos índios, abriram uma trilha das aldeias até o garimpo do Dicão, que se supõe ficar do lado venezuelano da fronteira, para levar mantimentos.

## ENERGIA SOLAR PARA OS YANOMAMI

Depois de três meses retido na alfândega do aeroporto de Manaus, o equipamento de 4 toneladas doado pelo governo alemão foi finalmente liberado no início de fevereiro. Os painéis de energia solar serão instalados nos postos de saúde no Demini, Toototobi e Balawaú para fornecer energia para refrigeradores (para estocar vacinas e medicamentos), para iluminação e para contato por rádio.

## NOTÍCIAS DE SAÚDE

Um Projeto Piloto para o Controle da Oncocercose, popularmente conhecida como cegueira do rio, foi realizado de outubro a dezembro de 1995 em duas regiões yanomami, Toototobi e Balawaú, onde é hiperendêmica. O Projeto Piloto foi uma iniciativa da Gerência Técnica das Endemias Focais do Ministério da Saúde/FNS, em parceria com a CCPY. De uma população de 539 pessoas, em 14 comunidades, 436 foram consideradas aptas para o tratamento. (Mulheres grávidas e crianças abaixo de 5 anos foram excluídas). Dessas, 432 (99%) foram tratadas.

66.2% das que foram examinadas tinham cegueira do rio. Para apoiar a equipe médica, o antropólogo Bruce Albert, que fala yanomami, esteve presente para explicar a doença e os possíveis efeitos colaterais do tratamento.

A principal conclusão dos médicos foi que para

um controle efetivo da cegueira do rio um programa global de assistência permanente de saúde para a área yanomami é essencial.

## O PROJETO DE EDUCAÇÃO

Maria Edna de Brito, educadora que está desenvolvendo o projeto de educação yanomami, descreveu o processo na comunidade Watorik-ther, onde trabalha desde julho de 1995.

Sessenta por cento dos 101 yanomami estão em idade escolar, com nove anos ou mais.

Parte do material escolar é feito de folhas e palha, e há também os mais convencionais, como pôsteres e cartões com letras, sílabas e números. Edna de Brito está elaborando um léxico comparativo dos três dialetos falados no Demini, Catrimani e Xitei, como apoio ao projeto de alfabetização e educação. Elaborou também um dicionário yanomama/português com 688 frases baseadas em trabalho prévio realizado pelo linguista Henri Ramirez. A atividade favorita dos yanomami é o desenho. Eles montaram uma sala de aula dentro da maloca e construíram mesas e bancos, prateleiras e quadro negro.

"O processo de educação/alfabetização entre os Watorik+theri, em sua iniciação, está com bom rendimento. Porém, há uma longa caminhada a se fazer para se chegar aos "alfabetizados". Não basta o conhecimento das letras, sinais e até gramática. Eles querem expressar seu próprio pensamento como povo da floresta, escrever suas idéias sobre o seu mundo e o de outras etnias, querem falar fluentemente com os brancos sobre sua cultura. Querem se comunicar sem intermediários. E isto não acontece em tempo limitado e quantificado. Às vezes leva gerações, que vão muito devagar assimilando um comportamento de manuseio próprio dos códigos da escrita e leitura, na própria língua e muito mais em português. Devemos respeitar essa caminhada, sem forçar demais, atentos para responder com eficácia às suas solicitações."

Em novembro de 1995, uma reunião de caciques de outras aldeias foi organizada para se explicar o projeto de educação e a necessidade de treinar jovens yanomami como agentes de saúde, para trabalhar com a equipe de saúde.

Jan Rocha dá sua impressão pessoal da reunião:

- De Boa Vista, capital de Roraima, voamos para o Noroeste numa pequena aeronave, em direção à fronteira da Venezuela.

Milhas e milhas de savana desabitada finalmente se transformam numa floresta tropical pontilhada por colinas de formas irregulares carpetadas com árvores.

Após duas horas e meia pousamos no Toototobi, onde ficava antigamente a missão religiosa americana Novas Tribos. Dessa época ainda resta um sistema artesanal de suprimento de água e um incrivelmente fértil pé de toranja.

Uma caminhada de uma hora e meia por entre a densa floresta nos leva à aldeia onde a reunião vai se realizar. A "maloca" ou casa comunitária tem a altura de um prédio de três andares e pelo menos 100 metros de diâmetro. Dentro, é como se se estivesse numa cidade medieval com muralha. No centro há uma ampla arena aberta de espaço público.

Sob o teto de folhas apoiado em altas estacas cada família tem seu próprio espaço privado, onde redes estão penduradas e fogueiras acesas. Pertences - cachos de bananas, redes de viagem feitas de palha, folhas de tabaco - pendem de vigas. Algumas peles de morcego estão esticadas em espetos para secar.

O espaço aberto é um pátio de recreio permanente: meninos e meninas brincam de cabo-de-guerra com um réptil gigante, crianças menores brincam com areia, garotos tentam acertar pássaros com arcos e flechas. A alguns metros da maloca o rio de correnteza rápida se transforma em outro parque de diversões: dos galhos de árvores pendurados sobre o rio as crianças pulam diretamente na água. Mães adolescentes mergulham com seus bebês nas costas.

O crepúsculo tropical cai rapidamente e as fogueiras começam a reluzir por toda a parte. Como qualquer mãe, em qualquer lugar, uma mulher sai para recolher seus dois filhos e os traz para dentro pela mão.

As mulheres e meninas usam tangas vermelhas com franjas, mas os homens, no seu cotidiano, não usam roupa. Alguns deles exibem os calções que costumam usar em cerimônias como essa reunião.

O cardápio inclui mandioca, bananas, caça assada, peixe, camarões de água doce, cogumelos e mel.

No escuro, o único som é o de um suave murmurar das famílias alojadas ao redor da maloca. As fogueiras iluminam a noite. Acima, o céu está forrado de estrelas e a lua desenha uma fatia prateada.

Inesperadamente, um som extraordinário surge do meio da arena.

Dois homens estão agachados no chão escuro, realizando o ritual de recitar mutuamente as novidades.

Eles se alternam, meio cantando, meio falando, ora mais rapidamente, ora mais lentamente, ora mudando de ritmo, mas nunca parando. O ritual começou às nove e meia da noite e, sete horas e meia depois, quando acordei, às 5 da manhã, com o cantar dos galos, eles ainda estavam lá. Às 5:20, pararam abruptamente.

Na segunda noite, acordei para ouvir os cânticos. No escuro, um grupo de mulheres, algumas com bebês nos quadris, rodavam e rodavam.

Uma delas, com uma bela voz melódica, entoava um cântico e as outras repetiam num coro desafinado e alegre.

A equipe da CCPY havia levado um gerador portátil e um aparelho de TV para passar vídeos sobre outros grupos indígenas. Homens, mulheres e crianças sentaram-se, encantados por vislumbrar pela primeira vez uma imagem filmada.

Um filme dos musculosos índios Kayapó, enfeitados com pintura corporal marcial e penas para lutar contra uma represa a ser construída em seu rio, foi um grande sucesso.

Na manhã seguinte, os homens surgiram pintados e enfeitados com penas, alguns empunhando lanças, para falar sobre o projeto de educação. A maior parte tinha grandes rolos de folha de tabaco na boca.

Um a um, os tuxauas (caciques) de outras aldeias se levantaram para falar, para muitos deles uma experiência intimidante: não estão habituados a falar para brancos e o conceito de "escola" é para eles uma novidade. Estavam também tentando adaptar seus dialetos ao yanomami falado aqui.

Por isso, falavam lentamente, com gestos largos e dramáticos, estabelecendo suas credenciais com descrições das guerras tribais, doenças e conflitos aos quais sobreviveram.

Alguns contaram suas experiências com os garimpeiros.

Um homem com um desenho geométrico na face disse: "Eu vi como os brancos destruíram a floresta e fiquei com medo". Mas, os brancos deixaram sua marca, porque ele também diz, "Agora eu quero morar perto de um posto porque eu quero encher minha barriga com o arroz dos homens brancos".

Lourival diz aos outros que eles foram bobos de deixar os garimpeiros entrarem. No Demini, diz ele, nós resistimos. Nós tomamos a roupa e a comida deles e os fizemos voltar para a floresta.

Finalmente um rapaz, um dos que irão para a escola, conseguiu uma chance de falar. Depois dos rodeios dos homens mais velhos, ele falou com a urgência da juventude: "Essa história de escola está demorando muito para acontecer. Vamos em frente."

Um homem idoso diz brincando que também quer estudar e ouvem-se gargalhadas.

"Como você pode escrever com essa mão dura como a de um tatu?" diz alguém.

"Eu vou deixá-las tão macias quanto as dela", brinca ele apontando para minhas mãos.

Davi Kopenawa, que aprendeu português com os missionários e é um dos poucos yanomami que já viajaram para o exterior para defender sua causa, explicou a necessidade dos remédios do branco. "Nós costumávamos tratar nossas próprias doenças, mas os garimpeiros trouxeram novas." A CCPY não deseja que os remédios dos brancos substituam o xamanismo yanomami, mas que atuem em conjunto com ele.

Depois de quatro dias na maloca, tomando banho no rio, experimentando porco assado, mingau de banana e mel e panquecas de mandioca, dormindo sob as estrelas, acordando ao som de cânticos misteriosos e assistindo à adaptação de uma civilização da idade da pedra ao mundo moderno, relutantemente partimos.

A CCPY é uma organização brasileira, independente e sem finalidade lucrativa. Seus principais objetivos são apoiar e defender a vida, os direitos, a cultura e a terra do povo Yanomami. **Sede:** Rua Manoel da Nóbrega 111, cj.32, 04001-900 São Paulo SP, Brasil. **Telefone:** (011) 289-1200. **Fax:** (011) 284-6997. **Correio eletrônico:** spccpybr@ax.ibase.org.br **Escritório regional:** Rua Capitão Bessa 272, Bairro São Pedro, 69306-620, Boa Vista, Roraima, Brasil. **Telefone:** (095) 224-7568. **Fax:** (095) 224-3441. **Correio eletrônico:** bvccpybr@ax.ibase.org.br **Coordenação Editorial:** Claudia Andujar. **Jornalista:** Jan Rocha. **Correspondente:** Carlo Zacquini. **Tradução:** Lucia C. **Design/Produção Gráfica:** Roberto Strauss.